

Cabral defende a criação dos conselhos regionais

— É mais rentável lutar pela implantação dos conselhos regionais de defesa dos direitos humanos do que pela alteração da composição do CDDPH, onde estaremos sempre em minoria — afirmou o presidente da OAB, Bernardo Cabral.

Partiu da própria OAB o anteprojeto de criação dos conselhos regionais, aprovado pelo CDDPH e apresentado como sugestão aos governadores de Estado para que eles o adotem em mensagem às Assembleias Legislativas. A idéia, há anos defendida por vários juristas, foi inspirada no próprio regimento interno do CDDPH, que prevê a "organização de uma divisão ministerial, integrada também por órgãos regionais, para a eficiente proteção dos direitos da pessoa humana".

Optou-se por uma fórmula mais simples: em respeito à autonomia dos Estados, cada um deles submeterá à Assembleia Legislativa projeto de lei criando o conselho regional, com uma composição mais ou menos semelhante à do CDDPH.

— Naturalmente — explicou Barbosa Lima Sobrinho, relator da matéria na penúltima reunião do CDDPH — cada Estado tem circunstâncias peculiares. Em São Paulo, por exemplo, no lugar de um representante da associação de imprensa, seria melhor o do Sindicato dos Jornalistas, que é mais vigilante. É preciso ver quais são as entidades mais representativas de cada Estado para compor esses conselhos regionais. É possível que a Federação das Indústrias de São Paulo, por exemplo, seja uma delas. Os Estados não são obrigados a seguir rigorosamente o modelo federal de composição do conselho. Os conselhos regionais seriam presididos pelos secretários de Justiça ou pelos presidentes dos Tribunais de Justiça. Tudo isso facilitará em muito a fiscalização das violências aos direitos humanos.